

EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2014

AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA OS ALUNOS DO  
PROJETO JUVENTUDE EMPREENDEDORA E PARA  
OS EVENTOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DAS  
AÇÕES DO IDT

# Pregão Eletrônico nº 23/2014

## Processo nº 3.664/2014

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, com sede na Avenida da Universidade nº 2596, Fortaleza-CE, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que no dia e hora abaixo determinado, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** que será regido pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Estadual Nº 15.356, de 04 de junho de 2013; Decreto Estadual Nº 28.089 de 10 de janeiro de 2006 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Edital e seus anexos, contendo todos os documentos, dados e informações necessárias à elaboração da proposta poderão ser obtidos no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico, no qual ocorrerá a sessão pública, realizada por meio da Internet.

1.1.1. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço eletrônico [comissao\\_licitacao@idt.org.br](mailto:comissao_licitacao@idt.org.br)

1.2. As regras e condições do presente Pregão Eletrônico estão devidamente explicitadas neste Edital e seus anexos.

1.3. O Pregão a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado, por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à indenização de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4. Endereço para Entrega de Documentação

- ✓ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, Av. da Universidade, nº 2596, Bairro Benfica, Fortaleza – Ceará, CEP. 60.020- 180.
- ✓ Horário de Funcionamento: de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas.
- ✓ Conter no anverso do envelope o nome da pregoeira, número do pregão e o nome do órgão.

1.5. Definições. Para fins desta licitação, consideram-se:

- ✓ IDT: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho.
- ✓ CPL: Comissão Permanente de Licitação.
- ✓ Proponente ou Licitante: a empresa que apresentar proposta nesta licitação, previamente credenciada perante o provedor do sistema eletrônico.

### 2. DO OBJETO

2.1. A contratação de prestadora de serviços especializados no fornecimento de lanches parcelados, composto de um sólido (sanduíche, bolo, cuscuz, etc) e um líquido (sucos com sabores variados) que serão distribuídos para alunos do Projeto Juventude Empreendedora e para eventos da Pessoa com Deficiência, executado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

### 3. DA ABERTURA

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pela pregoeira designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

3.2. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **21/08/2014**

3.2.1. LIMITE DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: **02/09/2014 às 9:00h**

3.3. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **02/09/2014 às 9:00h**

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **02/09/2014 às 9:15h**

3.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o **horário de Brasília/DF**.

3.6. O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

#### **4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. Os recursos necessários para a contratação do objeto ora licitado correrão por conta do IDT, conforme especificações abaixo:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Projeto	CONTRATO DE GESTÃO DO IDT Nº 01/2014 E RESPECTIVOS ADITIVOS.
Centro de Custo (1)	Projeto Criando Oportunidades
Centro de Custo (2)	Apóio a Eventos a Área do Trabalho
Despesa	Alimentação (Lanches)

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar devidamente credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A, na página Eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

5.2. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

5.2.1. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

5.4. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

5.4.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

5.4.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

5.4.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

5.4.4. Suspensas temporariamente ou Impedidas de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública.

5.4.5. Declaradas inidôneas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

5.4.6. Empresas cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam empregados do IDT.

5.4.7. Empresa com sócio cotista que tenha parentesco até o 3º grau (consangüinidade e/ou afinidade) com algum membro da comissão de licitação e demais colaboradores direta ou indiretamente envolvidos no processo licitatório.

5.4.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

#### **6. DO CREDENCIAMENTO**

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.1. Para o credenciamento, será necessário o comparecimento do representante legal da sociedade licitante a estabelecimento indicado pelo provedor do sistema, portando cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios, do Termo de Adesão ao Regulamento (de utilização do sistema), do Termo de Nomeação de Representante, que habilitará a pessoa física indicada a realizar negócios em nome da pessoa jurídica credenciada.

6.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

## **7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA**

7.1. As propostas comerciais serão recebidas exclusivamente por meio da Internet, no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**, “Acesso Identificado”, por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante, observando datas, prazos, horários e demais condições estabelecidas pelo instrumento convocatório.

7.2. O encaminhamento da proposta por meio eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação deste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3. Para simples acompanhamento da licitação, o interessado poderá acessar na internet o endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico.

7.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento, que se inicia com a divulgação da íntegra do Edital no site do Sistema do Banco do Brasil, até o dia e hora previstos no item 3.2.1. deste edital.

7.5. O campo “Informações Adicionais” poderá ser utilizado a critério do licitante.

7.6. Ao final da disputa a licitante que tiver ofertado o menor preço, deverá enviar ao IDT, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial escrita em papel timbrado da proponente, contendo obrigatoriamente, as seguintes informações:

7.6.1. Descrição clara do(s) objeto(s) a ser (em) fornecido(s), obedecendo ao modelo padronizado no **ANEXO II**.

7.6.2. Valor unitário de cada item e valor total.

7.6.3. Valor total da proposta por extenso.

7.6.4. Validade da proposta no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

7.6.5. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.

7.6.6. Na cotação de preço unitário, será admitido o fracionamento do centavo somente no caso da determinação da expressão monetária de valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as frações resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

7.6.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

7.6.8. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

7.7. A proposta deverá considerar:

7.7.1. Que a proposta apresentada e os lances formulados devem incluir todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto licitado, considerando todos os custos incidentes, tais como: IPI, ICMS, Taxas, Fretes, Seguros, Tributos, Contribuições e qualquer outra incidência fiscal e/ou tributária.

7.7.2. Que na proposta comercial deverá constar expressamente a razão social, o número do CNPJ, da CEI, Registro de ISS, endereço, número da conta corrente, agência bancária, identificação do respectivo banco, número de telefone/fax, endereço e endereço eletrônico, conforme **ANEXO II**.

7.8. Os preços dos produtos serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional e apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionados com o serviço objeto da presente licitação.

7.9. O preço global da proposta comercial escrita deverá ser o mesmo ofertado por lance durante a disputa eletrônica, salvo se houver tratativas realizadas com a pregoeira, para obtenção de preço menor.

7.10. Os preços cotados e os valores faturados, em moeda corrente nacional, serão fixos e irrevogáveis, não sofrendo qualquer atualização monetária até o seu efetivo pagamento.

7.11. Pela elaboração da proposta o proponente não terá direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

7.12. A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais e/ou materiais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

7.13. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo.

## **8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

8.1.1. A partir do horário previsto no item 3 (três) deste Edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, sendo conduzido pela pregoeira que cuidará do seu processamento e julgamento, podendo os licitantes a partir de então, encaminhar lances, utilizando-se exclusivamente do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

8.1. Abertas as propostas, a pregoeira fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, será fundamentada e registrada no sistema.

8.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **9. DA ETAPA DE LANCES**

9.1. A pregoeira dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 3.4, quando, então, os licitantes devidamente conectados ao sistema, poderão encaminhar lances.

9.1.1. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento, horário de registro e valor.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.1.3. Só serão aceitos os lances dos licitantes cujos valores forem inferiores ao último registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

9.3. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem

eletrônica no chat de mensagens [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

9.4. A etapa normal de lances da sessão pública será encerrada por iniciativa da pregoeira, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. A partir de então transcorrerá período randômico de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.5. A pregoeira que detectar, na fase de lances, propostas que apresente preço global ou por lote ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, poderá descartar os lances quais sejam e, a seu critério, poderá abrir procedimento administrativo para apuração de ato ilícito.

9.6. A pregoeira ao observar, na fase de lances, **que algum licitante realize atos intencionais e temerários, que possa resultar em fracasso ou à frustração do presente certame licitatório**, ao dar lances de propostas que apresentem preço global ou por lote que frustrem a competitividade, ou seja, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, bem como, **algum licitante, ou um grupo de licitantes, realize(m) atos, com fins de manipular resultado, a exemplo de combinação de preços e outros similares, poderá aplicar ao(s) licitante(s) responsável(eis) sanções e penalidades previstas no Capítulo IV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL, da Lei Federal nº 8.666/93.**

9.7. A pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, e bem assim, decidir sobre sua aceitação.

9.8. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.9. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a pregoeira determinará ao proponente, que tenha apresentado o lance de menor preço que, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, deverá entregar, na Comissão de Licitações, no endereço Av. da Universidade, 2596, Benfica Fortaleza/CE, CEP 60.020-180, a proposta comercial, endereçada à pregoeira, juntamente com a documentação de habilitação constantes do item 12 deste Edital.

9.10. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em 2(duas) vias, sendo uma original, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial deste Edital, com todas as folhas rubricadas e numeradas, devendo a última folha vir assinada obrigatoriamente pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, marca, modelo, referência, procedência e demais informações relativas ao material ofertado.

9.10.1. O não cumprimento da entrega da documentação, dentro dos prazos acima estabelecidos acarretará na desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

## **10. AVALIAÇÃO TÉCNICA**

10.1. A CPL encaminhará a proposta da empresa declarada vencedora aos técnicos do IDT para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital.

10.2. A CPL tem a prerrogativa de fazer à visita as instalações próprias ou contratadas da empresa que apresentar menor preço, sendo acompanhada pelos técnicos do IDT, para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital e seus anexos, antes da sua assinatura do contrato.

## **11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

11.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de “**menor preço por lote**”.

11.2. O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pela pregoeira, será convocado na ordem de

classificação, no “chat de mensagem”, para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no lote, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

11.3. A CPL, antes de declarar o vencedor, promoverá a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pela pregoeira, apresentou o menor preço.

11.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.5. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, ou na hipótese de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório, caberá à CPL autorizar a pregoeira a examinar a oferta subsequente de menor preço, negociar com o seu autor, decidir sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificar as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.6. Declarado o licitante vencedor pela Comissão de Licitação, a pregoeira consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, a todos os licitantes.

11.7. Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote deverão ser cotados na proposta.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

12.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 9. deste Edital, o licitante do lance de menor valor válido deverá protocolar a documentação original ou em cópia autenticada, prevista nos itens 12.2 a 12.6, e no prazo máximo de dois dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, para o seguinte endereço: Avenida da Universidade nº 2596, Benfica, Fortaleza – Ce, no horário de 8:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h em atenção à Comissão Permanente de Licitação do IDT, sob pena de desclassificação.

12.1.1. O licitante com sede fora do município de Fortaleza/Ceará deverá encaminhar através do endereço eletrônico [comissao\\_licitacao@idt.org.br](mailto:comissao_licitacao@idt.org.br) o número do protocolo dos correios a fim de se confirmar a veracidade do envio dos documentos acima mencionados, sob pena de desclassificação. O IDT não se responsabiliza por documentos extraviados pelo correio.

### **12.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

12.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, as atas de eleição de seus diretores, regularmente registrado;

12.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição da diretoria em exercício.

12.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2.5. Documento de identidade e CPF do representante legal da licitante.

12.2.6. Em caso da Administração da Pessoa Jurídica seja feita por procuração, a mesma deverá ser reconhecida firma e deverá ser acompanhada do Documento de Identificação e CPF, tanto do outorgante como do outorgado.

### **12.3. REGULARIDADE FISCAL**

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da LICITANTE, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes **no prazo de sua validade**, composta de:

12.3.2.1. Prova de Regularidade Fiscal concernente aos demais tributos federais não abrangidos pela certidão exigida no subitem precedente, e à Dívida Ativa da União, por meio de “Certidão Conjunta emitida pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN”, dentro do prazo de validade;

12.3.2.2. Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

12.3.2.3. Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

12.3.2.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei n.º 8.036, de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.3.2.5. Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195. §3º com a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos.

12.3.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011.

## **12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor Judicial, Justiça Ordinária, da sede do licitante com prazo de validade expresso na própria certidão.

## **12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.5.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação que comprove que a licitante já forneceu com êxito, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, com fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.5.2. Declaração de Indicação do Representante no Estado do Ceará com endereço e meios de contatos, conforme modelo **no ANEXO IV**, bem como possua poder de decisão e de representação comercial para a execução do contrato.

12.5.3. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, expedido pela Vigilância Sanitária (estadual ou municipal, conforme o caso), válido e em dia

## **12.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

12.6.1. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum trabalhador menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o constante no **ANEXO III**.

12.6.2. Planilha de proposta comercial, conforme o constante no **ANEXO II**.

## **12.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

12.7.1 A Comissão Permanente de Licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pela pregoeira, apresentou o menor preço.

12.7.2. **Os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópias autenticadas.** As publicações feitas em órgão de imprensa oficial (com a devida identificação e data), inclusive aqueles emitidos pela Internet poderão ser entregues em cópias simples.

12.7.3. Os documentos deverão estar válidos na data de entrega.

12.7.4. As certidões fiscais positivas, com efeito, de negativa, serão aceitas.

12.7.5. Certidões de Dívidas/Falência e Certificados de Regularidade que não tenham prazo de validade constantes em seus textos serão consideradas válidas no presente certame licitatório por 30 (trinta) dias contados de sua expedição.

12.7.6. **Não serão aceitos Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, de empresas participantes do presente certame licitatório que sejam emitidos por outra empresa,**



**também, participante do mesmo Certame Licitatório, ou seja, reciprocidade de Declaração(ões) e/ou Atestado(s).**

12.7.7. As Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, emitida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado devem ter firmas reconhecidas de quem as emitiu.

12.7.8. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação da pregoeira, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.7.8.1. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à pregoeira convocar os licitantes remanescentes, por de ordem de classificação.

12.7.9. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos ou,
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.7.10. A verificação será certificada pela pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.7.11. O IDT não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.7.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.7.13. A Comissão de Licitação se reserva o direito de devolver à proponente, quaisquer documentos não solicitados, independente de encadernação ou numeração de páginas.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**

13.1. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à pregoeira, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [comissao\\_licitacao@idt.org.br](mailto:comissao_licitacao@idt.org.br), informando o número deste pregão e o órgão interessado.

13.2. Até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do presente Pregão, mediante **petição por escrito**, protocolada no IDT, no endereço e horário constantes do subitem 1.4.

13.2.1. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.

13.2.2. Caberá à pregoeira, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.2.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.3. Após declarado o vencedor, **no prazo de até 04 (quatro) horas úteis** e em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá manifestar de forma motivada a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar o recurso com suas razões, ficando os demais licitantes, desde logo, convidados a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.3.1. As razões e contra-razões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail: [comissao\\_licitacao@idt.org.br](mailto:comissao_licitacao@idt.org.br), com posterior envio do original, para o endereço constante do item 1.4., nos prazos acima definidos.

- 13.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.
- 13.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.6. Os recursos serão dirigidos à Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará a Pregoeira o recurso ao Presidente do IDT, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.
- 13.7. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).
- 13.8. Os casos omissos ao presente Pregão Eletrônico serão solucionados pela Comissão e as questões relativas ao sistema, diretamente com o Banco do Brasil.
- 13.9. É facultado ao IDT, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 14.1. A adjudicação dar-se-á pela pregoeira quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade superior.
- 14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.
- 14.3. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **15. DA CONTRATAÇÃO**

- 15.1. O IDT convocará regularmente a empresa declarada vencedora para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.
- 15.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do § 1º do art. 57, da Lei 8.666/93.
- 15.3. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.
- 15.4. A contratada obriga-se a:**
- 15.4.1. Fornecer o objeto da licitação, de acordo com as especificações definidas nas propostas. Eventuais alterações deverão ser submetidas à apreciação e aprovação prévia do IDT, devendo estar garantidas, no mínimo, as especificações e certificações exigidas na licitação.
- 15.4.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 15.4.3. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.4.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 15.4.5. Instruir seu (s) empregado (s) e/ou prepostos, para que, ao entrar (em) nas dependências do IDT, apresente(m) sua identificação ao responsável pela portaria (recepção), para fim de registro.
- 15.4.6. Notificar o IDT, por escrito, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos.
- 15.4.7 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.

15.4.8. O Licitante deverá **indicar representante, com poder de decisão, que tenha estabelecimento no estado do Ceará, para representá-lo durante a execução do contrato**, em razão do fornecimento do objeto.

15.4.9. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

15.4.10. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.4.11 Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão contratante, contado da sua notificação.

15.4.12. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

15.4.13. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto Contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

15.4.14. Ressarcir o CONTRATANTE do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio CONTRATANTE, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

15.5.15. Comunicar a Administração do Projeto, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos.

15.6.16. Deverá observar que quando da entrega da Nota Fiscal, esta deverá ser acompanhada de planilha informando o quantitativo de entrega dos lances por município e período da entrega e que permitam a plena verificação do cumprimento do serviço prestado, através de rotinas a serem definidas pela instituição CONTRATANTE.

#### **15.5. A contratante obriga-se a:**

15.5.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Autorização de Compras.

15.5.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

15.5.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

15.5.4. Notificar, por escrito, a Contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

15.5.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

15.5.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **16. DA AMOSTRA**

16.1. Após a fase de lances será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que no prazo, a ser negociado com o gestor do Projeto, apresente amostra(s) de cada produto cotado para degustação dos sabores, conferência dos ingredientes e embalagens do objeto especificado, em conformidade com as especificações constantes no item 03 do Termo de Referência e consequente aceitação do produto a ser fornecido.

16.2. A amostra aprovada será utilizada para fins de análise de comparação com o produto final. A amostra não será descontada da quantidade contratada.

16.3. Se a amostra apresentada for inferior em qualidade ao produto solicitado, a proposta da empresa será desclassificada.

## **17. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO**

17.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Termo de Referência - **ANEXO I**.

17.2. Os lanches deverão ser produzidos **nos próprios municípios contemplados**, visando incentivar a economia local e estarem de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência - **ANEXO I**.

17.3. O Contratado será responsável por todo o processo de preparo, embalagem, transporte e segurança do material no trajeto para o local da entrega.

17.3.1. Os lanches serão entregues nas salas de aulas indicadas em cada município selecionado, de acordo com a Programação de Cursos/Eventos elaborada pela CONTRATANTE e disponibilizada em tempo hábil a CONTRATADA.

17.3.2. Os produtos devem ser transportados em veículos adequados, em boas condições de higiene, obedecendo a legislação vigente e os funcionários que manuseiam os produtos deverão estar uniformizados, com as mãos e unhas limpas, devendo garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e deterioração da alimentação. (PORTARIA CVS - 15, DE 7-11-91 - NORMAS PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS PARA CONSUMO HUMANO).

17.3.3. O produto oferecido pela CONTRATADA estará sujeito à aceitação plena do órgão CONTRATANTE/RECEBEDOR, para efeito de conformidade com as especificações exigidas.

17.4. A empresa contratada, às suas próprias expensas, providenciará a entrega dos lanches de forma parcelada, no prazo a ser definido pelo gestor designado para este fim, após emitida a autorização de compra, conforme data e horário acordados previamente com a Coordenação do Projeto.

17.5. Assim que as datas, horários e locais de realização de qualquer etapa do projeto forem definidos pela Coordenação do Projeto, tais informações serão imediatamente repassadas ao contratado, podendo sofrer alterações, pois estão sujeitas a possíveis adiamentos e/ou cancelamentos, a critério das necessidades administrativas do IDT (Contratante) e, em tais hipóteses, serão comunicadas à Contratada com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data prevista para realização da ação.

## **18. DO RECEBIMENTO**

18.1. PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

18.2. DEFINITIVAMENTE, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

18.3. O objeto contratual que, mesmo tendo sido recebido definitivamente, e que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações deste Termo será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o CONTRATADO a substituí-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para a CONTRATANTE, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.

## **19. FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias contados da data da apresentação da nota fiscal e recibo, devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada da Autorização de Compras e das **Provas de Regularidades com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades com a Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, diretamente no Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, no endereço constante no subitem 1.4.

19.1.1. A Nota Fiscal deverá conter o atesto de serviço executado devidamente assinado pelo técnico responsável do IDT.

19.1.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

19.2. Não serão aceitas opções para pagamento antecipado.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Ficará impedida de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002.

20.2. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 86 e seguintes, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

20.2.1. Advertência.

20.2.2. Multa de até 13,32% (treze vírgula trinta e dois por cento) sobre o valor da proposta.

20.2.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o IDT.

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o IDT.

20.2.5. Obrigação de indenizar o IDT pelas perdas e danos causados.

20.2.6. Rescisão imediata do contrato.

20.2.7. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de 13,32% (treze vírgula trinta e dois por cento) desse valor.

20.2.8. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 20.2.3.

20.2.9. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da CONTRATADA, administrativa ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

20.2.10. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

20.2.11. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

20.2.12. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

## **21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

21.1. O CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.2. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/93, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitadas a igualdade de oportunidade entre as LICITANTES e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico será lavrada ata circunstanciada.

22.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das LICITANTES para a Pregoeira, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

22.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos [www.idt.org.br](http://www.idt.org.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

22.5. Se for comprovado o não atendimento aos requisitos desta licitação a proponente será desclassificada e/ou inabilitada, conforme o caso.

22.6. Na hipótese de inabilitação e/ou desclassificação de todos os licitantes, o IDT decretará como fracassado o lote ou todos os lotes e poderá relançar os mesmos em novo Edital.

22.7. As condições estabelecidas neste Edital, no que se aplicar, farão parte do contrato correspondente.

22.8. O IDT poderá por interesse próprio, devidamente justificado, cancelar a presente licitação, no seu todo ou em parte, inclusive por vício ou ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização.

## **23. DO FORO**

23.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

## **24. DOS ANEXOS**

24.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

ANEXO IV – REPRESENTANTE NO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza, 18 de agosto de 2014.

---

Valdenia Maria Andrade Araujo  
Presidente

---

Adriana de Cássia Gomes Benício  
Pregoeira

---

Francisco Airton P Barreira Júnior  
Apoio

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 01. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados no fornecimento de lanches necessários para os alunos do Projeto Juventude Empreendedora e para os eventos da Pessoa com Deficiência, executado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.

#### 02. DA JUSTIFICATIVA

02.01. A presente contratação tem como justificativa a necessidade de fornecimento de lanches aos alunos participantes das aulas modulares e demais ações estabelecidas para a execução geral das ações de Qualificação Social e Profissional, constantes do Projeto Juventude Empreendedora, assim, como também, para os eventos voltados para a Pessoa com Deficiência, conforme Plano de Trabalho constante do Contrato de Gestão do IDT nº 01/2014 com a STDS e seus aditivos.

#### 03 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

03.01. Os lanches terão a seguinte distribuição:

03.01.01. Os lanches para o Projeto Juventude Empreendedora serão distribuídos para 650 (seiscentos e cinquenta) alunos dos seguintes municípios: Aquiraz, Aracati, Dep. Irapuan Pinheiro, Iço, Itapiúna, Jaguaribe, Madalena, Maracanaú, Milha, Pedra Branca, Redenção, Senador Pompeu e Solonópole.

03.01.02. Os lanches (coffee break) para os eventos da Pessoa com Deficiência serão distribuídos nos seguintes municípios: Fortaleza, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Quixeramobim, sendo 100 lanches por município, conforme calendário que será determinado pela Coordenação Estadual da Intermediação de Profissionais posteriormente.

03.02. A quantidade total para o Juventude Empreendedora será de 56.160 (cinquenta e seis mil, cento e sessenta) lanches, distribuídos por 26 turmas, nos turnos manhã e tarde, nos 13 municípios beneficiados, e para os eventos da Pessoa com Deficiência serão 600 lanches, conforme os LOTES abaixo discriminados:

<b>Lote 01</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Quant. por Turno</b>	<b>Total</b>
Aquiraz	27 M 27 T	54 lanches/dia X 5 municípios = 270 lanches/dia X 80 dias = 21.600 lanches
Aracati	27 M 27 T	
Itapiuna	27 M 27 T	
Maracanaú	27 M 27 T	
Redenção	27 M 27 T	
<b>Quantidade Total</b>		

<b>Lote 02</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Quant. por Turno</b>	<b>Total</b>
Icó	27 M 27 T	54 lanches/dia X 3 municípios = 162 lanches/dia X 80 dias = 12.960 lanches



Jaguaribe	27 M 27 T	
Solonópolis	27 M 27 T	
<b>Quantidade Total</b>		<b>12.960</b>

<b>Lote 3</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Quant. por Turno</b>	<b>Total</b>
Deputado Irapuan Pinheiro	27 M 27 T	54 lanches/dia X 5 municípios = 270 lanches/dia X 80 dias = 21.600 lanches
Madalena	27 M 27 T	
Milha	27 M 27 T	
Pedra Branca	27 M 27 T	
Senador Pompeu	27 M 27 T	
<b>Quantidade Total</b>		

<b>Lote 04</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Quant. por Município</b>	<b>Total</b>
Fortaleza	100	600 lanches
Maracanaú	100	
Sobral	100	
Juazeiro do Norte	100	
Limoeiro do Norte	100	
Quixeramobim	100	
<b>Quantidade Total</b>		<b>600</b>

03.03. Os lanches oferecidos aos jovens do Projeto Juventude Empreendedora **deverão ser produzidos nos próprios municípios contemplados**, visando incentivar a economia local. O fornecedor selecionado recebe o cardápio de lanche pré-estabelecido, elaborado por uma profissional da área de alimentação, adequado à realidade de cada município, considerando a importância dos hábitos alimentares da região. Na elaboração do cardápio, a profissional baseia-se no padrão mínimo de consumo diário de carboidratos, proteínas, vitaminas e minerais. Sabe-se que a maioria dos jovens não tem o hábito de consumir frutas e hortaliças, e que no Brasil estima-se que esse hábito corresponde a menos da metade das recomendações nutricionais, sendo ainda mais deficiente entre as famílias de baixa renda (Jaime, 2007). Visando estimular o consumo diário desses nutrientes foi elaborado para os jovens um cardápio com sucos da fruta ou polpa, carnes, pães e salada de frutas, evitando o assim o consumo de produtos industrializados e frituras.

03.04. Os lanches fornecidos para os alunos do Projeto Juventude Empreendedora deverão atender aos requisitos mínimos necessários de estabelecidos no cardápio a seguir apresentado:

<b>PROPOSTAS</b>	<b>SEGUNDA-FEIRA</b>	<b>TERÇA-FEIRA</b>	<b>QUARTA-FEIRA</b>	<b>QUINTA-FEIRA</b>	<b>SEXTA-FEIRA</b>
1ª Semana	Sanduíche com Creme de Frango e Suco de Maracujá	Bolo Fofó com Suco de Abacaxi	Cuscuz com Ovos Cafê e Leite	Misto Quente Com Suco de Goiaba	Pão Pizza com Suco de Acerola

2ª Semana	- Pão carioquinha; - Creme de Frango desfiado; - Suco da fruta.	- Bolo fofo (opções: formigueiro, mesclado e laranja); - Fatia de 4cm; - Suco da fruta.	- Massa de milho cozida com ovos mexidos e cheiro verde; - Garrafa de café; - Caixa de leite natural.	- Pão bola; - 01 fatia de queijo (mussarela ou coalho); - 01 fatia de presunto; - Suco da fruta.	- Salgado de forno; - recheio (queijo e presunto ou queijo e calabresa), tomate e orégano; - Suco da fruta.
3ª Semana	-Sanduíche de Carne Moída com Suco de Maracujá	Bolo Mole com Suco de Abacaxi	Canja de Galinha com Pão	Bolo de Cenoura OU de milho com Suco de Abacaxi	Salada de Frutas com Leite Condensado e Biscoito
4ª Semana	- Pão carioquinha; - Carne moída cozida com temperos; - Suco da fruta.	- Bolo mole tradicional; - Fatia de 4cm; - Suco da fruta.	- Canja de galinha com arroz, macarrão e verduras; - Pão carioquinha OU pão de leite OU torradas.	- Bolo de cenoura OU milho tradicional; - Fatia de 4cm; - Suco da fruta.	- Salada de frutas com no mínimo 4 (quatro) opções: banana, mamão, goiaba, laranja, maçã, abacaxi, melão, uva, manga - 1 caixa de leite condensado por turma; - Biscoito wafer (sabores variados).

03.04.01. Os cardápios estão sujeitos a alterações pela coordenação ou com autorização da mesma.

03.04.02. Os sucos deverão ser feitos da fruta ou da polpa, com água e servido em copo de 200ml (descartáveis ou não). Não poderá ser repetido o sabor dos sucos mais de uma vez por semana. Os sucos podem ser feitos com água ou leite, porém não são refrescos. O sabor dos sucos pode ser substituído por frutas da estação ou safra regional.

03.04.04. Ter guardanapos a disposição durante o lanche.

03.04.05. Os lanches devem atender as condições mínimas de higiene alimentar (higienização do local para produção dos lanches, higienização pessoal, transporte adequado do lanche).

03.04.06. Ao servir, ter à disposição elementos necessários ao consumo, como sal, açúcar, talheres, guardanapos, e demais itens necessários ao consumo da refeição.

03.04.07. As opções de canja, caldo e sopa deverão ser servidas em recipientes de 300ml (descartáveis ou não).

03.04.08. A salada de fruta deverá ter no mínimo 04 opções de frutas. Leite condensado servido separadamente.

03.04.09. O produto oferecido pela Contratada estará sujeito à aceitação plena do órgão recebedor, assim como do público alvo do projeto.

03.04.10. Na 4ª semana o lanche fornecido será o da 1ª semana, seguindo o da 2ª e o da 3ª semana, assim sucessivamente.

03.04.11. As refeições deverão ser confeccionadas e servidas diariamente, nos municípios informados, em locais a ser divulgados posteriormente, sempre no horário de 9hs (27 unidades) e 15hs (27 unidades).

03.05.11. Os lanches devem ser fornecidos, separados individualmente em embalagem de polietileno, para consumo imediato na área de distribuição, devendo a contratada preencher, integral e perenemente, as normas sanitárias da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária através da RDC 216 de 15 de setembro de 2004, e contendo os itens conforme o cardápio do dia, de acordo com as especificações e quantitativos constantes neste termo de referência.

03.05.12. Os lanches que serão servidos nos eventos da **Pessoa com Deficiência** deverá conter o seguinte cardápio: sanduíche de pão com queijo e presunto, salgadinhos diversificados, dois tipos de sucos, tapioca, três tipos de bolo, achocolatado, saladas e refrigerantes.

#### 04. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

04.01. Os recursos necessários para a contratação do objeto ora licitado ocorrerão através da fonte de recursos das dotações orçamentárias próprias do IDT, conforme especificações:

Item	Descrição
Projeto	CONTRATO DE GESTÃO DO IDT N° 01/2014 E RESPECTIVOS ADITIVOS.
Centro de Custo (1)	Projeto Criando Oportunidades
Centro de Custo (2)	Apóio a Eventos a Área do Trabalho
Despesa	Alimentação (Lanches)

## 05. DA ESTIMATIVA

05.01. O valor total estimado para os lotes é será conforme tabela abaixo:

Lotes	Descrição	Quant.	Valores Estimados	
			Valor Unit.	Valor Total
1	Fornecimento de lanches municípios: Aquiraz, Aracati, Itapiúna, Maracanaú e Redenção.	21.600	3,50	75.600,00
2	Fornecimento de lanches municípios: Icó, Jaguaribe e Solonópole.	12.960	3,50	45.360,00
3	Fornecimento de lanches municípios: Dep. Irapuan Pinheiro, Madalena, Milhã, Pedra Branca, e Senador Pompeu.	21.600	3,50	75.600,00
4	Fornecimento de coffee break – municípios: Fortaleza, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Quixeramobim.	600	9,16	5.496,00

## 05. DO LOCAL DE ENTREGA E PRAZO DE ENTREGA

05.01. Os lanches para o Juventude Empreendedora serão entregues nas salas de aulas indicadas em cada município selecionado, de acordo com Programação de Cursos/Eventos elaborada pela CONTRATANTE e disponibilizada em tempo hábil a CONTRATADA.

05.01.01. Os lanches para os eventos da Pessoa com Deficiência serão distribuídos, conforme calendário da Coordenação Estadual da Intermediação de Profissionais, nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Quixeramobim.

05.02. Os produtos devem ser transportados em veículos adequados, em boas condições de higiene, obedecendo a legislação vigente e os funcionários que manuseiam os produtos deverão estar uniformizados, com as mãos e unhas limpas, devendo garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e deterioração da alimentação. (PORTARIA CVS - 15, DE 7-11-91 - NORMAS PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS PARA CONSUMO HUMANO).

05.03. O produto oferecido pela CONTRATADA estará sujeito à aceitação plena do órgão CONTRATANTE/RECEBEDOR.

05.04. O titular da origem desta licitação designará uma pessoa responsável para o recebimento, cujo propósito será a conferência do produto entregue com as especificações contidas no edital e na proposta de preços da Contratada. Caso o produto entregue esteja de acordo com aqueles instrumentos; se estiver em desacordo, rejeitará o recebimento do mesmo e com relatório da ausência e/ou motivos da rejeição do produto.

05.05. A Contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, sem ônus para o Contratante, o produto que vier a ser recusado.

## 06. DA AMOSTRA.

06.01. Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) dos produtos a serem fornecidos para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação do produto a ser fornecido.

06.02. Se a amostra apresentada for inferior em qualidade ao produto solicitado, a proposta da empresa será desclassificada.

## **07. DO PAGAMENTO**

07.01. O pagamento será efetuado, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento definitivo entrega do produto ou de acordo com o fornecimento acompanhado das respectivas Notas Fiscais, Autorização de Compras e a Guia de Entrega da Merenda assinada pelo recebedor e das **Provas de Regularidades com as fazendas Federal, Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades com a Seguridade Social – INSS, FGTS e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, 1º de maio de 1943.6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

07.02 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

07.03. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## **08. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

08.01. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à CONTRATADA serão:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar com o IDT por até 2 (dois) anos;

08.02. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de 13,32% (treze vírgula trinta e dois por cento) desse valor.

08.03. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período superior a 5 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no inciso III desta cláusula.

08.04. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da CONTRATADA, administrativa ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

08.05. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

08.06. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

## **09. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

09.01. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

09.02. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

09.03. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

09.04. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

09.05. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir

sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

09.06. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

09.07. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão contratante, contado da sua notificação.

09.08. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

09.09. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto Contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

09.10. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, notadamente a execução propriamente dita do contrato;

Manter durante toda a vigência contratual o mesmo padrão de qualidade dos produtos indicados em sua proposta;

09.11. Ressarcir o CONTRATANTE do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio CONTRATANTE, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

09.12. Comunicar à Administração do projeto, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

09.13. Deverá observar que quando da entrega da Nota Fiscal, esta deverá ser acompanhada de planilha informando o quantitativo de entrega dos lanches por município e período da entrega, e que permitam a plena verificação do cumprimento do serviço prestado, através de rotinas a serem definidas pela instituição contratante.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.01. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Autorização de Serviços.

10.02. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

10.03 Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.04. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.05. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.06. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

11.01. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

## **12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.01. O contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura e publicação, sendo considerado concluído com a entrega definitiva da última parcela do seu objeto e devido pagamentos.

Fortaleza, 13 de junho de 2014.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
João Nogueira Lima  
Coordenador da Educação Profissional

APROVO O PRESENTE TERMO DE  
REFERÊNCIA E AUTORIZO A  
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira  
Presidente

**ANEXO II**

## PROPOSTA COMERCIAL

(Modelo)

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_\_/2014 IDT

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

### 1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual
- Endereço completo
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, domicílio)
- Telefone, celular, fax, e-mail
- Banco, Agência e n° da Conta Corrente

### 2. Condições Gerais da Proposta:

- a) A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

### 3. Formação do Preço:

Nossa proposta de preço para o objeto da licitação em epígrafe é de R\$\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), estando inclusos neste preço final todos os impostos, tributos, encargos trabalhistas e custos de transporte e de fornecimento que por ventura venham a incidir

Lote N° \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Unidade	Quant	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						
2						
3						

Local e Data

RG e Assinatura do Representante Legal

(Nome e Cargo)

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT**

Av. da Universidade, 2596 – Benfica – Fortaleza/CE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/201\_\_

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Data

Assinatura/identificação do nome

RG e cargo do representante legal da LICITANTE



## ANEXO IV

### REPRESENTANTE NO ESTADO DO CEARÁ

(Utilizar papel timbrado da instituição).

**AO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2 \_\_\_\_**

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Tel/Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante da Local:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: Fortaleza UF: Ceará

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Cart.Ident n°: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Local e data.  
Identificação e assinatura.

## ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO N° \_\_\_\_\_ / 201\_\_

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT, E, DO OUTRO, A EMPRESA ....., PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 02.533.538/0001-97, sito na Avenida da Universidade, 2596 - Benfica, CEP 60.020-180, Fortaleza / CE, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) por seu Presidente: Antônio Gilvan Mendes de Oliveira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_, e do CPF n° \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em Fortaleza – CE, na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_, e do CPF n° \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico n° \_\_\_\_/20\_\_\_\_, e seus anexos, realizado de acordo com as normas da Lei N.º 10.520, de 17/07/2002, da Lei Federal n° 8.666/1993, com suas alterações, dos preceitos de direito aplicáveis, e, ainda supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico n° \_\_\_\_/20\_\_\_\_ e seus anexos, e à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato o serviço de \_\_\_\_\_, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor global importa na quantia de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários para a contratação do objeto para atender ao \_\_\_\_\_, conforme previsto no Contrato de Gestão N° \_\_\_\_/20\_\_\_\_

Item	Descrição

### CLÁUSULA SEXTA – DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Recibo, devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada da Autorização de Compras e das **Provas de Regularidades com as fazendas Federal, Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades com a Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, diretamente na Sede Estadual do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, sito à Av. da Universidade, 2596 – Benfica, Fortaleza – Ce. A nota fiscal deverá conter o atesto de serviço executado devidamente assinado pelo técnico responsável do IDT.

6.2. Os pagamentos serão realizados, mediante emissão de cheque nominal ou depósito em conta bancária.

6.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.6. Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer parte do fornecimento, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela **CONTRATADA**.

6.7. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação das seguintes documentações:

6.7.1. Comprovação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fazendas Federal, Estadual e Municipal e de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

6.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

7.1. O prazo de vigência deste contrato é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.2. O prazo de execução do objeto deste contrato deverá obedecer, as especificações e as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/20\_\_ e seus anexos.

7.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

#### **CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

9.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Nº 8.666/93, mediante recibo, os fornecimentos objeto deste contrato serão considerados recebidos depois que os prepostos dos beneficiários do contrato atestarem a conformidade do fornecimento com as faturas emitidas pela **CONTRATADA**.

9.2. Todo produto entregue em desacordo com as especificações será obrigatoriamente substituído em prazo satisfatório para devida realização do fornecimento do objeto do presente contrato, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

9.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Nº 8.666/93, mediante recibo, os fornecimentos objeto deste contrato serão considerados recebidos depois que os prepostos dos beneficiários do contrato atestarem a conformidade do fornecimento com as faturas emitidas pela **CONTRATADA**.

9.3.1. A empresa contratada, às suas próprias expensas, providenciará a entrega dos lanches de forma parcelada, no prazo a ser definido pelo gestor designado para este fim, após emitida a autorização de compra, conforme data e horário acordados previamente com a Coordenação do Projeto.

9.3.2. Os produtos deverão ser entregues no endereço indicado na Autorização de Compra.

9.3.3. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento hábil, na Sede do IDT.

9.3.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.4. O objeto contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações do Termo de Referência será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o vencedor a substituí-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para a **CONTRATANTE**, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.

9.5. O **prazo de garantia** do objeto, sem qualquer ônus adicional para o IDT, não poderá ser inferior a **90 dias**, contados do efetivo recebimento dos produtos/serviços.

9.6. Os produtos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias.

9.7. Não serão aceitos produtos que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

9.8. Os produtos a serem fornecidos, deverão ser novos, de primeira qualidade, não deverão estar com o prazo de validade vencido, devendo ainda atender rigorosamente às especificações estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Fornecer o objeto da licitação, de acordo com as especificações definidas nas propostas. Eventuais alterações deverão ser submetidas à apreciação e aprovação prévia do IDT, devendo estar garantidas, no mínimo, as especificações e certificações exigidas na licitação.
- 10.2. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pela execução do objeto deste contrato, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a terceiros a responsabilidade pela execução do fornecimento.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17, do 20 ao 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4. Manter durante a execução do contratual, em compatibilidade com as assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na habilitação.
- 10.5. O Licitante deverá **indicar representante, com poder de decisão, que tenha estabelecimento no estado do Ceará, para representá-lo durante a execução do contrato**, em razão do objeto.
- 10.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 10.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser argüido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 10.8. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 10.9. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.10. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, da comunicação do fato.
- 10.11. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 10.12. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto Contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 10.13. Fornecer o objeto da licitação, de acordo com as especificações definidas nas propostas. Eventuais alterações deverão ser submetidas à apreciação e aprovação prévia do IDT, devendo estar garantidas, no mínimo, as especificações e certificações exigidas na licitação.
- 10.14. Instruir seu (s) empregado (s) e/ou prepostos, para que, ao entrar (em) nas dependências do IDT, apresente(m) sua identificação ao responsável pela portaria (recepção), para fim de registro.
- 10.15. Notificar o IDT, por escrito, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos.
- 10.16. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.
- 10.17. Ressarcir o CONTRATANTE do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio CONTRATANTE, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.
- 10.18. Comunicar a Administração do Projeto, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos.
- 10.19. Deverá observar que quando da entrega da Nota Fiscal, esta deverá ser acompanhada de planilha informando o quantitativo de entrega dos lances por município e período da entrega e que permitam a plena verificação do cumprimento do serviço prestado, através de rotinas a serem definidas pela instituição CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. A **CONTRATANTE** deverá assumir as seguintes obrigações:
  - 11.1.1. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
  - 11.1.2. Notificar por escrito, a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto ora licitado.
  - 11.1.3. Aplicar as sanções e penalidades previstas no edital e no presente instrumento, na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir no todo ou em parte o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e quantidade dos produtos, arcando a referida **CONTRATADA** com quaisquer prejuízos que tal ato venha acarretar ao **CONTRATANTE**.
  - 11.1.4. Emitir atestados de capacidade técnica quando solicitados.
  - 11.1.5. Zelar pela pontualidade dos pagamentos decorrentes da execução do contrato, inclusive, aqueles devidos pelos beneficiários.
- 11.2. Solicitar a execução do objeto à **CONTRATADA** através da emissão de Autorização de Compras.
- 11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.5. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, especialmente designado para este fim pela **CONTRATANTE**, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR, a quem competirá, entre outras atribuições:

12.1.1. Solicitar à **CONTRATADA** e seus prepostos, ou obter do IDT, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto contratado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

12.1.2. Verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas no Termo de Referência do Edital.

12.1.3. Encaminhar à autoridade competente, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução do contrato, bem como as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

12.1.4. A ação do gestor do contrato não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

12.1.5. Ordenar à **CONTRATADA** troca ou substituição dos serviços e/ou produtos, no caso de defeito do objeto, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

12.1.6. Atestar o recebimento do objeto contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

13.1. Ficará impedida de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002.

13.2. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 86 e seguintes, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa de até 13,32% (treze vírgula trinta e dois por cento) sobre o valor da proposta.

13.2.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o IDT;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o IDT.

13.2.5. Obrigação de indenizar o IDT pelas perdas e danos causados.

13.2.6. Rescisão imediata do contrato.

13.2.7. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de 13,32% (treze vírgula trinta e dois por cento) desse valor.

13.2.8. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção.

13.2.9. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou cobradas diretamente da **CONTRATADA**, administrativa ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.2.10. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da **CONTRATANTE**.

13.2.11. Sempre que não houver prejuízo para a **CONTRATANTE**, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

13.2.12. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, na forma da lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

14.1. O **CONTRATADO** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

15.1. Constituem motivos para rescindir o presente contrato, situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sem que assista à **CONTRATADA** o direito de reclamar quaisquer indenizações relativas a despesas decorrentes de encargos provenientes da execução deste contrato.

15.2. O IDT, na condição de **CONTRATANTE**, se reserva o direito de considerar rescindido o presente contrato, em virtude do descumprimento de qualquer obrigação nele estabelecida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização.

15.3. O **CONTRATANTE** poderá, também, unilateralmente, considerar rescindido o contrato, quando não houver mais interesse de continuar com o serviço por conveniência da administração, manifestando-se por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

16.1. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei Nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

16.2. O **CONTRATADO**, no curso da vigência contratual, se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

18.1. A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Fortaleza-CE.

E, por estarem de acordo com o ajustado, as partes assinam o presente instrumento, depois de lido e achado conforme perante as testemunhas que também assinam, em 03 (três) vias, de igual teor, para um só efeito jurídico.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 201\_\_.

---

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Presidente do IDT

---

Representante Legal da Empresa

**TESTEMUNHAS:**

Nome \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_